

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf afasta responsabilidade de sócios por infrações tributárias 3

A GAZETA - MACAPÁ - AP - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF desarticula esquemas de R\$ 1 bi em contrabando de cigarros 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

O SUS respira aliviado! (Artigo) 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Rigotto: âncora fiscal é necessária 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributaria: novo sistema, velhas praticas (Artigo) 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança pode levar despesa primária para nível recorde 8

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entrevista: Seremos oposição, mas haverá diálogo, diz presidente do Novo sobre governo Lula
..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Eleições nos EUA também decidiram sobre drogas, aborto e até escravidão 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula ainda pode consertar o estrago - VINICIUS TORRES FREIRE 13

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação, um alerta ao novo governo (Editorial) 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alimentação pesa e IPCA sobe 0,59% em outubro 15

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

É um erro excluir Bolsa Família do teto de gastos (Editorial) 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Não há dilema entre responsabilidade fiscal e social" 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Defesa da pauta social e crítica ao mercado 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Nervosismo derruba bolsa e turbina dólar	20
FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO ECONOMIA	
Crises como Covid devem ser mais frequentes com 8 bilhões	22
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
"Nunca vi mercado tão sensível como o nosso", diz petista	25
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Lula falou de um conflito que não existe, diz ex-diretor do BC	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Responsabilidade fiscal ajuda os mais pobres, responde Arminio a Lula	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SEGURIDADE SOCIAL	
Aliados de Bolsonaro articulam "jabuti" para destravar emendas	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
PEC vai tirar Bolsa Família do teto para sempre, diz relator	33
FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA ECONOMIA	
Eleições nos EUA trazem alívio para Biden e revés para Trump	35
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Lula ainda está no palanque (Editorial)	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
PEC da Transição: Centrão quer liberar R\$ 7,9 bi do orçamento secreto	40
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Alckmin, Tebet e Edinho Silva tentam acalmar investidor	41
O GLOBO - RJ - MUNDO ECONOMIA	
Brasil é de novo protagonista no Multilateralismo Ambiental do clima	42
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Inflação volta em outubro e deve seguir nos próximos meses	43

Carf afasta responsabilidade de sócios por infrações tributárias

Adriana Aguiar De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187379>

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Carf afasta responsabilidade de sócios por infrações tributárias

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187379>

PF desarticula esquemas de R\$ 1 bi em contrabando de cigarros

A desarticulação de diversas organizações criminosas especializadas no contrabando de cigarros e crimes de lavagem de dinheiro, no Paraná, é alvo da Operação Mercador Fenício, da Polícia Federal nesta quinta-feira (10). Os crimes cometidos pelas quadrilhas renderam R\$ 1 bilhão aos criminosos.

Com a cooperação da **Receita Federal**, Secretaria de Estado da Fazenda, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal estão sendo cumpridos, por 250 policiais federais, 60 mandados de busca e apreensão e quatro prisões preventivas, expedidos pela Justiça Federal, nas cidades paraibanas de João Pessoa, Cajazeiras, Sousa, Catolé do Rocha, Patos, Sumé; e nos estados do Maranhão, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Goiás, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

"As investigações possibilitaram que fosse decretado o sequestro de bens móveis e imóveis obtidos em virtude das atividades delituosas e o bloqueio de valores na ordem de R\$ 1 bilhão, demonstrando o poderio econômico das organizações criminosas desarticuladas", informou a PF em nota.

Segundo a investigação, os crimes eram praticados há aproximadamente 10 anos. Os responsáveis pela organização operacional das atividades ilícitas adquiriam os produtos no exterior e introduziam no Brasil, de forma clandestina, além de realizar o transporte, armazenamento e distribuição em diversos pontos do território nacional a atacadistas e varejistas.

O grupo realizava a lavagem de dinheiro e retirava do país os recursos vindos dos crimes de contrabando. A prática, segundo dados das empresas do setor, movimentava aproximadamente 50% do mercado e, portanto, causa prejuízo especialmente pelo não pagamento de **impostos**, além de impossibilitar uma maior geração de empregos. Os criminosos poderão responder pelos crimes de contrabando, lavagem de dinheiro, organização criminosa e evasão de divisas, os quais, somados, têm pena máxima de 29 anos de reclusão.

O nome da operação, Mercador Fenício, faz alusão aos mercadores fenícios que buscavam novas rotas para seus produtos, o que remete à característica de atuação das organizações criminosas que utilizavam

embarcações para o transporte de produtos ilícitos, buscando o mercado do Nordeste e passaram a dominar a distribuição de cigarros ilegais na região. (Com informações da Agência Brasil)

Site: <https://agazetadoamapa.com.br/edicao-digital/691/a-gazeta-11-11-2022-em-pdf>

O SUS respira aliviado! (Artigo)

Ivana Maria Saes Busato

O SUS é a maior política pública de inclusão na saúde, resultado da luta popular, que foi garantido pela Constituição Federal de 1988. Por que o SUS respira aliviado com a eleição do candidato Luiz Inácio Lula da Silva? As Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil da Coligação Brasil da Esperança reafirmam de forma contundente que a saúde é o direito à vida e se comprometem com o fortalecimento do SUS público e universal, aprimorando sua gestão, valorizando e formando os profissionais de saúde e retomando políticas como Mais Médicos e Farmácia Popular, além da reconstrução e fomento ao Complexo Econômico e Industrial da Saúde.

Cabe ressaltar que, nos últimos anos, o governo federal desestabilizou o pacto federativo nas responsabilidades compartilhadas entre municípios, estados e União. Estados e municípios têm comprometido cada vez mais recursos financeiros, muito além da Emenda Constitucional 29/2000. Destacando o golpe realizado em 15 de dezembro de 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional 95, que instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da **Seguridade Social** da União, aprovada no final do governo **Temer** em acordo com o governo do presidente Jair Bolsonaro, retirando conquistas de aumentar o financiamento da saúde por 20 anos.

Em 2022, o SUS completou 34 anos de história precisando de unidade e amplitude. A proposta de governo da coligação ainda aponta que "é urgente dar condições ao SUS para retomar o atendimento às demandas represadas durante a pandemia, atender pessoas com sequelas da COVID-19 e retomar o reconhecido Programa Nacional de Vacinação".

Outro ponto que destacamos na proposta de governo eleito refere-se à ciência, apontada como essencial para a inovação tecnológica e social, assegurada por meio da liberdade de pesquisa, em suas distintas dimensões. Com fomento do governo federal nas políticas públicas e para a gestão em todos os níveis, integrando o território nacional, bem como para o aproveitamento sustentável das riquezas do país, a geração de empregos qualificados e o enfrentamento das mudanças climáticas e das ameaças à saúde pública.

O próximo governo tem grandes desafios para o SUS:

promover a integração, estruturar as redes de atenção, reconquistar a Política Nacional de Imunização, evitando que doenças já erradicadas voltem no Brasil, equacionar o piso da enfermagem, retomar as discussões de financiamento do governo federal, entre tantas outras prioridades.

Porém, o novo governo eleito deve atuar imediatamente. O Conselho Nacional de Saúde (CNS) vem denunciando o corte de R\$ 22,7 bilhões para 2023 em relação a 2022. Destacamos que o CNS ressalta que o "Ministério da Saúde fez essa programação orçamentária para 2023 com base no Plano Nacional de Saúde 2020-2023, reprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em maio de 2021. Portanto, o procedimento é totalmente ilegal e inconstitucional, porque desrespeita a diretriz da participação da comunidade no SUS".

Em homenagem aos 688 mil brasileiros que morreram de COVID-19.

Ivana Maria Saes Busato. Especialista em saúde coletiva e administração pública, professora da Escola Superior de Saúde Única do Centro Universitário Internacional Uninter

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/11/11/2022/p1>

Rigotto: âncora fiscal é necessária



crescimento dos setores da Indústria, Comércio e Serviços. Ele apostou na negociação em cima de projetos que já tramitam no Congresso como alternativa para o novo governo. "Com as PECs 45 e 110, que discutem a **reforma tributária**, podemos avançar mais rápido", disse. "Se a **reforma tributária** não acontecer no primeiro ano de governo, não vai acontecer", enfatizou. (HL)

O ex-governador Germano Rigotto (MDB-RS), integrante da equipe de transição, disse que "seria um suicídio do governo não respeitar a responsabilidade fiscal", mas frisou não acreditar que isso ocorrerá na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. "O presidente tem uma experiência de dois mandatos, saberá aproveitar os acertos e evitar os erros que aconteceram", destacou. "No mesmo discurso que o presidente Lula falou do social, ele falou também sobre a responsabilidade fiscal." Rigotto, que atuará no grupo de Indústria, Comércio e Serviços, afirmou não ver problemas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição para viabilizar promessas de campanha de Lula, como a continuidade do Auxílio Brasil de R\$ 600. Ele alertou, porém, que não se pode "abrir a porteira, tem de ter os limites claros". "Eu não tenho a menor dúvida que teremos uma retomada da preocupação com o social, mas vai ter responsabilidade fiscal. Vai ter de ter alguma âncora fiscal", acrescentou ele, que foi coordenador do programa de governo da senadora Simone Tebet (MDB-MS), terceira colocada nas eleições.

Quanto a cargos no novo governo, Rigotto entende que Tebet vier a ser ministra de Lula, deve entrar na cota pessoal do presidente. "Tebet para ser ministra independe de decisão do MDB", destacou. "A única coisa que o MDB não pode fazer é trocar espaço no governo por apoio. Esse erro o partido já cometeu", frisou. Na avaliação dele, o partido deve abrir negociações em torno das propostas da futura gestão.

O emedebista contou que, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, se debruça sobre propostas de reforma e simplificação tributária, questão que entende como fundamental para o

Reforma tributaria: novo sistema, velhas praticas (Artigo)

Rafael Marin

Um sistema tributário justo é aquele que reúne características como simplicidade e isonomia. O sistema brasileiro, além de injusto, é complexo. Tal complexidade resulta, sobretudo, do grande número de regras tributárias que impõem obrigações. É verdade que os contribuintes têm o dever de colaborar com a autoridade administrativa no sentido de declarar, prestar esclarecimentos e manter a escrituração dos livros contábeis, buscando viabilizar e racionalizar a fiscalização e a arrecadação dos **tributos**. Contudo, no Brasil, este controle ultrapassa os limites da razoabilidade. Dados do Banco Mundial demonstram, por exemplo, que as empresas brasileiras precisam despender em torno de 1.958 horas por ano para cumprir com as obrigações tributárias acessórias exigidas em lei; no México, que vem em segundo lugar no ranking, os sujeitos passivos gastam um pouco mais de 300 horas anuais para cumprir as exigências fiscais.

Buscando a simplificação do sistema tributário, tramita no Parlamento a PEC 110 e a PEC 45/2019. O ponto de convergência entre as duas propostas é a extinção de **tributos** que incidem sobre bens e serviços e a criação do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA). A unificação da legislação permite a simplificação na cobrança e uniformidade em todo o país. A PEC 110 tem como aspecto principal a criação do Imposto de Bens e Serviços (IBS) - resultado da fusão do ICMS (imposto estadual) e do ISS (imposto municipal) - para estados e municípios.

Por outro lado, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) unifica Cofins e Cofins-Importação, PIS e Cide-Combustíveis, arrecadados pela União, e formará o IVA Federal. O IBS terá uma legislação única para todo o país, exceto a alíquota, que será fixada por cada ente federativo.

Com essas medidas, o cenário ideal se aproxima? Passaremos a ter um ambiente de negócios mais favorável? Nossas empresas serão mais competitivas? Creio que vamos avançar, mas de forma tímida. Isso porque, apesar de um "novo sistema", velhas práticas não foram esquecidas, a principal delas o aumento da carga tributária. Se a proposta da PEC 110 for aprovada, a nova contribuição terá uma alíquota de 12%. Se, por exemplo, a legislação de outros **tributos**,

como o IPI, o ICMS e o ISS, for unificada, estima-se que a alíquota final do novo Imposto Sobre Valor Agregado alcance 35%. Ou seja, passaremos a ter a maior tributação do mundo sobre o consumo, segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2018 (os mais recentes).

Os prestadores de serviço, optantes do lucro presumido, por exemplo, seriam os mais prejudicados, já que passariam a recolher o PIS e Cofins a uma alíquota única de 12%, bem superior às atuais 0,65% e 3%. Onerar sobremaneira o consumo o desestimula, assim como a produção. Desonerar a folha de pagamento e criar possibilidades de geração de créditos para os prestadores de serviço, como na aquisição de mão de obra, por exemplo, são medidas imperativas e que precisam ser debatidas.

Rafael Marin. Coordenador da área tributária e de governança corporativa na Biolchi Empresarial

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/11/11/2022/p1>

Mudança pode levar despesa primária para nível recorde

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187379?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187379?page=1§ion=1>

Entrevista: Seremos oposição, mas haverá diálogo, diz presidente do Novo sobre governo Lula

Por Malu Mões - São Paulo

Presidente do Novo, partido que elegeu só três deputados neste ano, Eduardo Ribeiro afirma em entrevista ao GLOBO que a sigla será uma "oposição programática" ao governo Lula, mas que isso não impedirá que ajude a aprovar projetos do presidente eleito desde que sejam "alinhados ao que o Novo pensa".

O partido ficou retido na cláusula de barreira depois do fraco desempenho eleitoral. Ribeiro culpa pelo fracasso a polarização e a falta de prefeitos e vereadores do partido. A reeleição do governador Romeu Zema (Novo-MG) é algo, no entanto, que comemora, e faz questão de refutar eventual saída do mineiro do partido, já avaliando Zema como um nome competitivo para presidente em 2026, mas não descartando apoiar outra candidatura de direita.

O partido, que tem 31 mil filiados, agora busca ampliar o número de vereadores, atualmente 30, nas eleições de 2024 e estruturar coligações, tanto para o pleito municipal, quanto para o geral de 2026.

Como o senhor avalia o resultado do Novo nas urnas?

Não fomos bem no Legislativo. Tínhamos uma expectativa de crescer as bancadas estaduais e a federal. Não foi o que aconteceu. Fomos vítimas da polarização. Mas conseguimos uma ótima reeleição em Minas Gerais com o governador Romeu Zema no primeiro turno, que se consolida como uma grande liderança nacional.

Qual foi o erro do partido?

Todos os partidos que optaram por não entrar na polarização logo no primeiro turno sofreram do mesmo mal. Agora é trabalhar para reconstruir as bases. Eu atribuo também como um erro estratégico do partido no passado de não ter expandido nas eleições municipais de 2020. Acabamos ficando sem base. Pensando no futuro, uma das nossas estratégias é tentar uma grande capilaridade para as eleições de 2024, já pensando também nas eleições de 2026.

E qual vai ser a estratégia do partido para conseguir aumentar o número de prefeitos ou vereadores?

Ficamos surpreendidos com a quantidade de pessoas se filiando e nos buscando para ser candidato a vereador e a prefeito. O Novo passou por um processo nos últimos dois anos de perda de filiados e nos últimos dois meses conseguiu segurar (O partido estava perdendo filiados desde junho de 2019, quando tinha 47 mil filiados. Em agosto de 2022, registrou 30,5 mil filiados, e atualmente está com 31 mil).

Houve desfiliações após a declaração de João Amoêdo de que ele votaria em Lula para presidente?

Houve, mas temos desfiliações desde sempre. Não teve picos de desfiliações.

E como o senhor vê a suspensão do João Amoêdo?

Como sou membro do diretório nacional, que é o órgão recursal se o João eventualmente vir a ser condenado e recorrer, eu vou ter que julgar. Então ficaria imprudente fazer um comentário (sobre a suspensão). Mas o João se afastou muito do partido. Ele adotou um tom de comunicação que acabou desagradando muita gente no partido. A impressão que se passava é que ele fazia uma oposição ao próprio partido e isso afastou ele dos dirigentes. O problema nunca foi fazer oposição ao (presidente Jair) Bolsonaro, muitas pessoas do partido faziam. A reação das pessoas, dos lideranças do partido, dos mandatários, não foi única exclusivamente em função do voto ao Lula. Mas ninguém esperava que ele fosse declarar o voto no Lula, porque parecia incoerente. Ele sempre criticou o Lula e o PT durante todos esses anos no mesmo tom que ele criticava o Bolsonaro. Esperava-se um voto nulo ou algo do tipo. Pegou muita gente de surpresa. Mas certamente foi a gota d'água de um conjunto da obra. Esse desgaste não é de agora, é lá de trás.

O partido havia liberado o voto dos filiados. O senhor avalia que a orientação do Novo então era ou anular, ou votar em branco, ou votar no Bolsonaro?

Hoje nós temos o partido basicamente dividido em

duas alas: aqueles que queriam votar no Bolsonaro para tirar o PT e aqueles que não votavam no Bolsonaro, nem em Lula de jeito nenhum. Daí a surpresa de ver o João declarar voto ao Lula, que certamente representa uma porção muito, mas muito pequena do partido. A imensa maioria, quase 100%, ou votou no Bolsonaro ou anulou o voto.

Tanto o Novo como o PSDB, que defendem o liberalismo econômico, diminuíram o tamanho das suas bancadas, enquanto outras siglas da direita cresceram. O liberalismo econômico, atrai votos? Ou uma sigla de direita no Brasil precisa dessas bandeiras morais para conseguir eleitores?

Ainda vamos precisar acompanhar o decorrer dos próximos anos para entender um pouco melhor o cenário. Mas acho que existe espaço para o liberalismo. Não vamos abrir mão do que defendemos por causa de uma questão conjuntural de uma eleição. É um projeto de longo prazo.

Há quem avalie também que essa redução do Novo e do PSDB se deu por conta desse vínculo entre deputados ou filiados com o bolsonarismo, O que o senhor pensa disso?

Todo mundo tem sua própria narrativa. Agora você vê também até mesmo lideranças e candidatos do Novo que saíram do partido com esse diagnóstico, também não se elegeram. Então acredito que não tinha espaço mesmo. Não tinha espaço para, em eleição tão popularizada, querer construir algo que fosse crítico aos dois (Lula e Bolsonaro).

O partido não ultrapassou a cláusula de barreira e, apesar de não usar o fundo eleitoral, o Novo vai ficar sem o tempo de TV e sem espaço para debates. O Novo avalia se fundir a outro partido para voltar a ter esses recursos?

Não, não está nos planos fazer uma fusão. Nós entendemos a necessidade de outros partidos acabarem se fundido, mas entendendo ser mais para uma questão de financiamento de fundo partidário que não é algo que impacta o Novo. Os nossos filiados e doadores mantêm uma contribuição por mês que consegue manter o partido. Com relação ao tempo de TV e espaço para debates, isso de fato é um impacto. Mas eu acho que nós quebramos um dogma no partido que foi a coligação em Minas Gerais. Esse modelo pode ser transportado para as eleições municipais e para as eleições de 2026, para que nós possamos ter tempo de TV e espaço nos debates.

Qual será a relação com o governo Lula?

O Novo já se colocou como oposição, deixando claro

que não é uma posição sistemática, é uma oposição programática. Dado que o PT é muito diferente do Novo a tendência é discordarmos de muita coisa. Só que evidentemente se vier algo que concordemos, não vamos fazer oposição, vamos ajudar a aprovar, porque o Brasil está acima de qualquer diferença.

Então vai haver uma possibilidade de diálogo com o governo Lula?

É difícil falar que não vai haver diálogo porque parece que você está fazendo uma oposição sistemática. Vai depender muito da situação na Câmara, mas é evidente que se vier qualquer projeto alinhado ao que o Novo pensa, uma boa **reforma tributária** por exemplo, não vamos fazer oposição, vamos trabalhar para que isso aconteça.

O senhor falou que Romeu Zema saiu fortalecido dessa eleição. Ele é um nome competitivo para disputar a presidência em 2026?

Certamente. Não é fácil ganhar uma eleição em Minas Gerais, ele fez um ótimo governo e conseguiu construir uma coligação que lhe dará um apoio na Assembleia, que nós não tínhamos. E Zema já declarou abertamente que fica no partido e vai ajudar o Novo se reerguer no Legislativo. E agora não existe a menor possibilidade de irmos para uma campanha majoritária nacional de novo sem uma coligação. E aí vai depender das costuras com outras lideranças que queiram aglutinar. Existem outras lideranças do campo da direita, da centro-direita, que também saíram fortalecidas dessa eleição. Tem o Tarcísio (de Freitas, eleito governador de São Paulo), tem o (Sérgio) Moro (eleito senador pelo Paraná), tem o Eduardo Leite (reeleito governador do Rio Grande do Sul) que devem em algum momento sentar para conversar.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/11/entrevista-seremos-oposicao-mas-havera-dialogo-diz-presidente-do-novo-sobre-governo-lula.ghtml>

Eleições nos EUA também decidiram sobre drogas, aborto e até escravidão



Ativistas celebram, em Detroit, aprovação do direito ao aborto em referendo no estado de Michigan Evelyn Hackett - 8.nov.22/Reuters

Thiago Amâncio Washington

Não foi só para eleger senadores, deputados e governadores que os americanos foram às urnas na terça-feira (8), com as midterms, as eleições de meio de mandato dos Estados Unidos. De aborto a cogumelos alucinógenos, passando por apostas esportivas e escravidão, uma série de temas apareceu nas urnas.

O grande tópico da corrida eleitoral neste ano foi o acesso ao aborto, o que garantiu não só vitórias a candidatos democratas no Congresso, como também a aprovação de direitos reprodutivos mesmo em estados mais conservadores. O procedimento era permitido no país pela Suprema Corte até junho, quando o tribunal revisou a decisão e abriu espaço para que estados legislassem sobre o assunto.

Chama atenção a vitória no Kentucky, onde os legisladores queriam passar uma emenda dizendo que a Constituição estadual não permite o acesso ao aborto nem a arrecadação de fundos para isso. No estado que vota amplamente favorável em todos os candidatos presidenciais do Partido Republicano desde George W. Bush em 2000, a maioria dos eleitores recusou a emenda.

Em Montana, que desde 1968 só votou uma vez em um candidato democrata (Bill Clinton, em 1992), também saiu vitoriosa a defesa dos direitos das mulheres. A maioria da população rejeitou um plebiscito para criminalizar serviços de saúde que não fizerem todos os esforços possíveis para salvar mesmo bebês "nascidos durante uma tentativa de aborto." Em locais como Califórnia, Vermont e Michigan, tradicionalmente mais progressistas, a

vitória no tema já era mais esperada.

O acesso a drogas também apareceu em uma série de estados. No Colorado, os eleitores legalizaram o cultivo e uso de cogumelos alucinógenos, segundo as projeções - a apuração não foi concluída, mas os opositores da ideia reconheceram a derrota. A medida não permite a exploração comercial de cogumelos, e sim a criação de centros de uso da substância regulados pelo governo, que devem abrir a partir do segundo semestre de 2023. É o segundo estado a legalizar o uso de cogumelos, depois de Oregon, que o fez em 2020.

A maconha também esteve em questão nessas midterms, mas houve algumas derrotas impostas ao movimento pela liberalização. Os eleitores de Maryland e Missouri votaram a favor da legalização da posse e do uso da erva, mas os de Arkansas, Dakota do Norte e Dakota do Sul votaram contra.

"Pesquisa após pesquisa mostra apoio público recorde para a legalização do uso adulto de maconha", disse em **comunicado** Paul Armentano, diretor adjunto da Organização Nacional para a Reforma das Leis da Maconha (Norml). "Esse apoio é uma prova de que a maioria dos americanos agora está bem ciente das falhas da proibição da maconha e dos danos que ela continua causando, e que o crescente número de estados que decretaram a legalização está fazendo isso de maneira segura e eficaz, de acordo com desejos e expectativas dos eleitores." Em quatro estados -Alabama, Oregon, Tennessee e Vermont- eleitores aprovaram a proibição da escravidão. A ideia parece fora de lugar em 2022, porque a escravidão foi abolida nos EUA em 1863, após a Guerra Civil. Mas em muitos estados ainda era permitido o trabalho forçado de presos - visto como uma forma de escravidão. Já a Louisiana, centro do comércio de escravizados no sul dos EUA até o século 19, rejeitou a exclusão do trabalho forçado de detentos.

Na seara ambiental, a Califórnia rejeitou o aumento de **impostos** para a população mais rica que seria destinado ao incentivo à indústria de carros elétricos. O estado também rejeitou a legalização de apostas esportivas online e proibiu a venda de cigarros saborizados.

Outro tema forte nas urnas nesta semana foram as

eleições em si. Como nos EUA não há uma autoridade central regulando o funcionamento das eleições como o Tribunal Superior Eleitoral faz no Brasil, cabe a cada estado elaborar suas regras, que frequentemente passam por escrutínio.

O estado de Connecticut, por exemplo, aprovou a possibilidade de votar de forma antecipada, não só no dia das eleições. Já Michigan, onde o voto por correio já era permitido, aprovou que os eleitores possam depositar os votos nas urnas nove dias antes das eleições.

No Arizona, ainda sem resultado definido, o pleito incluiu perguntas sobre exigência de que o eleitor escreva nos votos pelo correio seu número de identidade e data de nascimento. Ativistas pela ampliação do acesso ao voto afirmam que esse tipo de exigência pode criar mais dificuldade sobretudo para minorias menos escolarizadas. No mesmo sentido, Nebraska aprovou a necessidade de apresentar documento de identidade na hora da votação, e Ohio proibiu o voto de pessoas sem cidadania americana.

Já Nevada pode ter uma mudança relevante na escolha de seus representantes. O resultado ainda não saiu, mas houve consulta sobre uma mudança no sistema das primárias, onde eleitores poderiam escolher candidatos de qualquer partido. Além disso, nas urnas, os eleitores, em vez de escolherem quem querem para governar, ranqueiam de 1 a 5 suas preferências, e os melhores colocados são eleitos.

Biden e Xi farão reunião bilateral paralela ao G20

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o líder da China, Xi Jinping, se encontrarão na próxima segunda-feira (14), em Bali, na Indonésia, paralelamente à cúpula do G20, grupo que reúne 20 das maiores economias do mundo. A reunião entre os dois já era especulada nas últimas semanas e foi confirmada pela Casa Branca nesta quinta (10). Já o presidente da Rússia, Vladimir Putin, não comparecerá ao evento.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

92

Lula ainda pode consertar o estrago - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

Geraldo Alckmin tentou baixar a fervura desta quinta-feira (10) desgraçada para as finanças do país, o vulgo "mercado nervoso". Outros do governo de transição e Luiz Inácio Lula da Silva decidiram espalhar mais brasa.

Decidiram brigar com a realidade, com os fatos da vida financeira e com aliados recentes da frentinha ampla, o que pode ter implicação até para a formação de coalizão no Congresso e na sociedade. Há meios e tempo para consertar o estrago. Pode ficar apenas uma cicatriz. Ou pode ser um começo de gangrena.

O que é "brigar com a realidade"? Esses desabamentos nos mercados financeiros significam que os donos do dinheiro passam a cobrar mais caro para manter seus recursos em reais, em títulos da dívida pública (empréstimos para o governo) e, por tabela, em ações de empresas e outros ativos domésticos. Cobram mais caro por causa do aumento do risco de inflação, desordem financeira geral e crescimento baixo, para resumir.

O real se desvaloriza (com risco de inflação extra). As taxas de juros sobem. O governo tem de pagar mais para financiar seu déficit; o setor privado vai pagar ainda mais caro a fim de levantar capital para investir, o crédito encarece. É uma descrição elementar do problema, que vai bem além.

Essa degradação financeira prejudica o crescimento econômico, sem o qual não haverá mais trabalho. O rendimento do trabalho equivalente a 60% dos rendimentos totais dos 20% mais pobres (e muito mais para outros níveis de renda).

Logo, não se vai diminuir a pobreza sem mais trabalho, principalmente. "Mercado nervoso" é uma padinha tola sobre um problema muito real.

O comando lulista quis dourar a pílula do que Lula disse: ataques ao controle de déficit e dívida do governo, que seria um empecilho ao pagamento da "dívida social". "Não é bem assim", pois Lula já demonstrou ser capaz de fazer as duas coisas em seus governos.

Suponha-se que seja isso. Então, o que Lula tem dito

seria corretamente compreendido caso já houvesse um ministro da Fazenda ou um conselho econômico crível e funcional.

Lula fez os discursos avacalhando "a tal estabilidade fiscal" em um momento em que discute uma gambiarra a fim de atenuar a pobreza e evitar um estelionato eleitoral de consequências políticas sérias. A gambiarra está quase aceita. O problema é que não há programa algum a dizer como a futura instalação elétrica vai ser feita de modo confiável. Isto é, a criação de algum método para conter o crescimento sem fim da dívida: um "teto Lula".

Diz-se que o problema imediato é o fato de que a despesa com o Bolsa Família seja colocada fora do teto de gastos, pior ainda se permanentemente fora do teto. Mas o teto de Michel **Temer** foi avacalhado pelo governo de trevas (2019-22), precisa de reforma e há como fazê-la, como dizem até lulistas. O problema maior, pois, é saber como vão ser as novas "regras fiscais", que podem ser várias, algumas mais, outras menos, convenientes para a situação brasileira e para os problemas crônicos do país.

Se tudo der certo, vai demorar meses para se definir a nova "regra fiscal". A fim de que a espera não seja tumultuada, é preciso ter um programa econômico, que ficaria evidenciado na escolha de uma equipe econômica confiável, capaz e com respaldo político, de Lula e da coalizão.

O plano precisa de mais: mudanças nos impostos, na administração pública e facilitação do investimento privado, para ficar no estrito mínimo. Estabilizado o paciente, é possível inventar formas novas e inteligentes de intervenção estatal. Mas, sem um plano de contenção de déficit e dívida, não vai dar certo. Para ser ameno.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50092&anchor=6467405&pd=8c5d6a0d7e3d5a91211658d9b5490978>

Inflação, um alerta ao novo governo (Editorial)

A trégua acabou e a **inflação** real voltou a aparecer em outubro, depois de três meses de recuo dos indicadores. Puxado principalmente pelos preços de alimentos e bebidas, o custo de vida subiu 0,59% no mês passado, acumulando alta de 4,70% no ano e de 6,47% em 12 meses. Disfarçada por algum tempo, a evolução dos preços no varejo continua apertando a maior parte dos brasileiros - famílias já empobrecidas, endividadas e assombradas pelo risco da inadimplência, do nome sujo e da perda de crédito. A redução de **impostos** sobre combustíveis, umajogada essencialmente política, escondeu por algum tempo a gravidade do quadro inflacionário. Mas os números de novo retratam os fatos claramente, como comprova o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A alta de 0,59% mostrada pelo índice oficial é muito mais que um mero repique setorial, depois de um recuo passageiro. Aumentos de preços foram observados em oito dos nove grandes grupos de bens e serviços cobertos pela pesquisa. Quase todos os componentes do orçamento familiar foram afetados. Com elevação de 0,72% em outubro, o item alimentação e bebidas teve um impacto de 0,16 ponto porcentual, o mais significativo, na formação do IP-CA. O grupo vestuário encareceu 1,22%, mas seu efeito no índice final foi de apenas 0,06 ponto. A diferença é facilmente explicável: a comida tem um peso muito maior no dia a dia das famílias e, portanto, na composição do indicador geral.

Não há como avaliar de forma realista a situação das famílias, diante da **inflação**, sem levar em conta os aumentos acumulados no período recente. O custo da alimentação, por exemplo, subiu 10,32% em dez meses, enquanto o indicador geral, o IPCA, só aumentou 4,70%.

Vale a pena lembrar: o encarecimento da comida é mais sensível, para a maioria das famílias, que a redução de preços (queda de 6,12%) do conjunto TV, som e informática. Esses itens afetam a qualidade de vida, o trabalho e a educação, mas o acesso a alimentos é um desafio imediato. No mesmo período, os preços dos combustíveis de veículos caíram 25,63%, mas as tarifas do transporte público aumentaram 10,36%. Gasolina mais barata pode ter sido um belo presente para quem tem carro ou trabalha com automóvel, mas esse benefício ficou

longe da maior parte das pessoas.

A onda inflacionária bastaria para prejudicar milhões, mas outros problemas graves têm pressionado os brasileiros. No mês passado, 79,2% das famílias estavam endividadas, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Um ano antes esse grupo equivalia a 74,6%. O endividamento pode sinalizar expansão do consumo e da economia, mas hoje é preocupante. Em 12 meses, a parcela de famílias com dívidas em atraso passou de 25,6% para 30,3%, na situação agravada por juros altos.

O aumento de juros tem sido usado pelo Banco Central (BC) como ferramenta anti-inflacionária. Frear o consumo, a formação de estoques e até o investimento em bens de produção é uma forma consagrada - e dolorosa - de conter os preços.

Mas o efeito é defasado. Pelas projeções do mercado, a alta de preços ao consumidor deve ficar na faixa de 5,60% a 5,80% neste ano e recuar em 2023 para 4,94%. Os juros básicos devem manter-se em 13,75% ainda por algum tempo e encerrar o próximo ano em 11,25%. Essas estimativas deveriam preocupar a equipe do presidente eleito e incentivá-la a ser muito cautelosa no gasto público.

Será difícil baixar os juros mais velozmente no Brasil enquanto as taxas permanecerem elevadas nos Estados Unidos, porque o custo do dinheiro afeta os fluxos de dólares. A **inflação** americana em 12 meses caiu de 8,2% em setembro para 7,7% em outubro, mas falta saber como a autoridade monetária reagirá a essa novidade, em Washington. De toda forma, o BC brasileiro deverá concentrar-se, prioritariamente, nas perspectivas internas, levando em conta, de modo especial, o comprometimento do novo governo com a gestão prudente de suas contas. Não há notícia clara, por enquanto, desse comprometimento. »

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alimentação pesa e IPCA sobe 0,59% em outubro

DANIELA AMORIM/ RIO e MARIANNA GUALTER/SÃO PAULO

Após três meses de deflação, outubro registrou **inflação** de 0,59%, segundo os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A alta superou as previsões mais pessimistas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que previam um avanço entre 0,25% e 0,54%, com mediana de 0,49%. "Essa volta da **inflação** ao terreno positivo mostra que os efeitos da redução do ICMS sobre combustíveis, energia e telecomunicações começaram a ficar para trás", afirmou Claudia Moreno, economista do C6 Bank, em nota.

A taxa acumulada pelo IPCA em 12 meses desacelerou a 6,47%, ante uma meta de **inflação** de 3,5% para este ano (com teto de 5%). A surpresa de outubro fez alguns economistas aumentarem suas projeções para o IPCA deste ano.

A LCA Consultores subiu sua previsão de **inflação** de 5,6% para 5,8%, enquanto o Bank of America (BofA) elevou sua estimativa de 5,3% para 5,8%. O economista Leonardo Costa, da gestora de recursos ASA Investments, aumentou a projeção de 5,7% para 6%, e, para 2023, de 4,9% para 5%. A mudança foi motivada pelo comportamento de itens voláteis, como a aceleração nos preços dos alimentos in natura.

"Os (alimentos) in natura têm a questão da sazonalidade e são itens mais voláteis", justificou Costa, que prevê um IPCA de 0,5% em novembro, estimativa que já inclui uma expectativa de reduções de preços de produtos na campanha de promoções da Black Friday.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito tiveram aumentos em outubro.

Os gastos com Alimentação, Saúde e Transportes foram os que mais pesaram e juntos responderam por quase 73% da **inflação** do mês.

Em Transportes, os combustíveis caíram menos em outubro, com a dissipação dos efeitos de cortes de **impostos** e das reduções de preços pela Petrobras

nas refinarias, ao mesmo tempo que houve aumento expressivo, de 27,38%, nas passagens aéreas, item de maior pressão no IPCA.

Já o grupo Alimentação e Bebidas saiu de um recuo de 0,51%, em setembro, para um aumento de 0,72% em outubro.

A alimentação no domicílio encareceu 0,8%.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

É um erro excluir Bolsa Família do teto de gastos (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Não há dilema entre responsabilidade fiscal e social"

CAIO MEGALE/ ECONOMISTA-CHEFEDAXP

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Defesa da pauta social e crítica ao mercado



VINICIUS DORIA VICTOR CORREIA HENRIQUE LESSA

A tempestade que desabou sobre a região central de Brasília, no fim da manhã de ontem, já estava prevista pela meteorologia e atrapalhou a festa preparada pela militância do PT para o primeiro dia de trabalho do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde funciona o governo de transição. Mas nem as trovoadas nem o estrondo da queda de uma grande árvore atrás do prédio projetado por Oscar Niemeyer provocaram mais ruído do que uma declaração do petista a parlamentares, logo em sua primeira agenda do dia, em que pôs em dúvida o compromisso do novo governo com a "tal da estabilidade fiscal" e com o teto de gastos.

"Por que as pessoas são levadas a sofrerem por conta de garantir a tal da estabilidade fiscal deste país? Por que a toda hora as pessoas falam que é preciso cortar gastos, que é preciso fazer superavit, que é preciso fazer teto de gastos? Por que as mesmas pessoas que discutem teto de gastos com seriedade não discutem a questão social neste país?", disse Lula a deputados e senadores que foram ao CCBB para ouvi-lo.

A declaração foi dada no contexto da prioridade que Lula dá ao combate à fome. Ao falar que sua "missão estará cumprida" quando todos os brasileiros puderem fazer três refeições por dia, ele questionou a posição dos agentes de mercado, que não incluem as políticas sociais "às suas planilhas" (leia reportagem ao lado).

No dia em que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) anunciou que a **inflação** voltou a ficar positiva - alta de 0,59% em outubro - depois de três meses de deflação, a fala do presidente

eleito foi o combustível que alimentou o mau humor do mercado financeiro, que interpretou a declaração como uma flexibilização dos compromissos com a estabilidade fiscal assumidos pelo petista. O tempo fechou na Bolsa, que despencou 3,35%, enquanto o dólar encerrou o dia com alta de 4,14% (leia mais na página 7).

Os políticos entraram em ação para amenizar os efeitos do que foi interpretado como um "escorregão perigoso" de Lula, segundo um aliado próximo. O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, após anunciar novos nomes da equipe de transição (leia na página 4), foi provocado pelos jornalistas a comentar as declarações do chefe. "O presidente Lula já foi presidente da República, assumiu o governo com uma dívida em relação ao **PIB** (Produto Interno Bruto) de 60%. Quando transferiu o governo (para Dilma Rousseff), era menos de 40%. E teve superavit todos os anos. Se alguém teve responsabilidade fiscal foi o governo Lula. Isso não é incompatível com a questão social", argumentou Alckmin.

No fim da tarde, o próprio Lula, ao deixar o CCBB, tentou minimizar a reação dos mercados à sua fala. "O mercado fica nervoso à toa, não vi o mercado tão sensível como o nosso. É engraçado que esse mercado não ficou nervoso durante (os) quatro anos (de governo de Jair) Bolsonaro", ressaltou o petista enquanto cumprimentava militantes que o aguardavam desde o início da manhã.

Outras vozes influentes do partido fizeram coro na defesa do presidente eleito. "Não faz sentido pressões de fora definirem o que a gente vai fazer, ninguém vai querer mandar no governo de fora para dentro", enfatizou ao Correio o líder do PT no Senado e membro do grupo de Saúde do governo de transição, Humberto Costa (PT-PE).

Para ajudar a conter especulações, a ex-candidata do MDB à Presidência, senadora Simone Tebet (MS), sugeriu em entrevista à Globonews que "o primeiro ministro a ser anunciado, no seu devido tempo e o mais rápido possível, seja o ministro da Fazenda ou da Economia, para que efetivamente o ministro possa explicar a política econômica do novo governo".

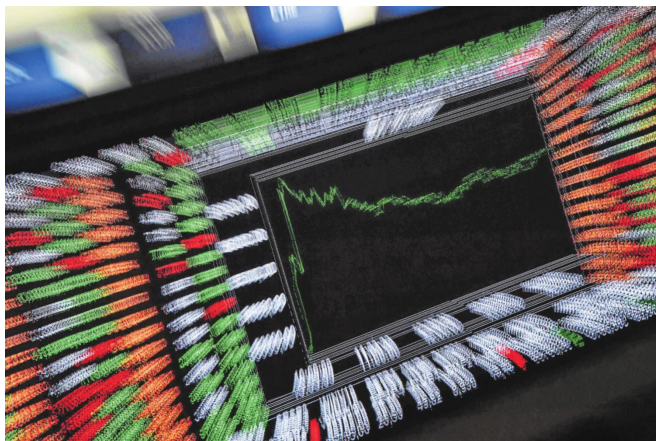
Maioria petista

Além da fala do presidente, o próprio anúncio de nomes da transição para áreas estratégicas da Economia ajudou a manter elevada a tensão dos

agentes de mercado, por causa da forte presença de pessoas ligadas às alas históricas do partido. Cinco ex-ministros das gestões petistas foram escalados para compor o time do gabinete provisório, com destaque para Guido Mantega, o mais longevo titular da pasta da Fazenda do país, que vai atuar no grupo temático do Planejamento, Orçamento e Gestão. Também foram escalados o ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo (PT-SP) e o ex-deputado federal Jorge Bittar (PT-RJ), ambos no grupo temático da Comunicação.

Para o grupo que vai avaliar a situação das micro e pequenas empresas foram indicados, entre outros, o ex-presidente do Sebrae Paulo Okamoto - amigo de Lula - e o presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, André Ceciliano, que rachou a esquerda fluminense ao manter sua candidatura ao Senado, apesar do acordo com partidos aliados do PT em torno do nome do senador Alessandro Molon (PSB). Os dois perderam a eleição para o ex-jogador Romário (PL), representante do bolsonarismo no Rio.

Nervosismo derruba bolsa e turbina dólar



Raphael Pati*

Incerteza sobre a política fiscal, ruídos sobre a PEC da Transição e comentários do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva geraram um clima de extremo nervosismo, ontem, no mercado financeiro. Principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), o Ibovespa recuou 3,35% fechando o pregão aos 109.775 pontos. Foi a pior queda desde 26 de novembro do ano passado. O dólar, por sua vez, disparou 4,14%, a maior elevação diária desde 16 de março de 2020, e terminou o dia cotado a R\$ 5,396.

A "tempestade", como avaliaram alguns analistas, começou ainda pela manhã, quando, em discurso no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), Lula teceu críticas ao controle de gastos e afirmou que a prioridade do governo é resolver as questões sociais do país. "Por que as pessoas são levadas a sofrer por conta de garantir a tal da estabilidade fiscal neste país? Por que que toda hora as pessoas falam que é preciso cortar gastos? É preciso fazer superávits? É preciso fazer tetos de gasto? Por que as mesmas pessoas que discutem com seriedade o teto de gasto não discutem a questão social do país?", questionou o presidente eleito.

Logo após a fala de Lula o Ibovespa chegou a perder 5 mil pontos e a registrar queda de 4,4%. No fim da tarde, na saída do CCBB, questionado por jornalistas, o petista ironizou: "Eu nunca vi um mercado tão sensível quanto o nosso. É engraçado que esse mercado não ficou nervoso com quatro anos de (Jair) Bolsonaro". Em seguida, nas redes sociais, o presidente eleito tentou acalmar os investidores. "Podem ficar tranquilos", escreveu no Twitter.

O estrago, porém, já estava feito. O ruído político fez a bolsa brasileira operar na contramão do exterior, onde

o clima foi de euforia. Nos Estados Unidos, após o anúncio de que a **inflação** ficou abaixo do esperado em outubro, com taxa anualizada de 7,7%, os investidores correram às compras, e o índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, terminou o pregão com variação positiva de 3,72%. O Nasdaq, que acompanha as ações de empresas de tecnologia, teve uma alta histórica de 7,35%.

Na leitura do mercado, com a **inflação** mais comportada, o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) não vai precisar carregar a mão na política de juros elevados para segurar os preços, o que é bom para as ações. Na Europa, o ânimo não foi diferente, e as principais bolsas registraram alta firme. O índice Stoxx Europe 600, que reúne ações das maiores empresas do continente, avançou 2,75%.

Por aqui, o cenário foi o oposto. Além das dúvidas sobre a política fiscal, contribuiu para o mau humor do mercado o anúncio, pelo IBGE, de que a **inflação** voltou a subir, após três meses de queda. Se a tendência persistir, isso significa que o Banco Central pode manter elevada a taxa básica de juros, a Selic, por mais tempo do que o previsto.

Reação a Mantega

Com os investidores pouco inclinados a tomar risco em ativos nacionais, o real teve, de longe, o pior desempenho entre as divisas globais. A moeda brasileira foi também a única relevante, ao lado do peso argentino, a perder valor frente ao dólar.

Os prejuízos no mercado de câmbio e na bolsa se intensificaram com o anúncio de que Guido Mantega, ex-ministro do Planejamento e da Fazenda, nos governos Lula e Dilma, visto com desconfiança pelos investidores, fará parte da equipe de transição. Com isso, cresceram as preocupações a respeito de quem deve comandar a economia no novo governo.

O economista e professor da USP Luciano Nakabashi avalia que o ideal é trazer um nome com conhecimento e experiência na parte econômica, com passagens em instituições do sistema bancário e financeiro e com boa bagagem e formação econômica. "Seria importante para o futuro governo sinalizar que está preocupado com as contas públicas e que, depois desse gasto adicional decorrente das promessas de campanha, o governo fará o que for necessário para estabilizar a relação dívida-**PIB** e colocar essa relação em tendência decrescente", afirmou Nakabashi.

"Se ele não faz isso, as incertezas em relação à capacidade de pagamento do governo afetam o câmbio, através da fuga de capitais, o que pressiona a **inflação** e obriga o Banco Central a aumentar os juros", completou o professor da USP.

Para o economista e sócio da Capital Investimentos, Carlos Oliveira, o mercado quer um nome forte para comandar a pasta da economia. "O Lula demonstrou estar totalmente desesperado por um estouro do teto de gastos. Chegou até a consultar o Banco Central sobre isso. Essas são medidas que o mercado financeiro não aprova. O mercado precisa identificar um "xerife" nas contas públicas para, depois, dar palanque para políticas sociais", comentou.

Na avaliação da economista-chefe da B.Side Investimentos, Helena Veronese, o conjunto IPCA-fiscal pesou sobre a curva, "mas mais o fiscal", sobretudo com as informações de que a chamada PEC da Transição, destinada a acomodar os gastos extraordinários no próximo ano, pode colocar o novo Bolsa Família fora do teto de gastos de forma permanente. "A negociação da PEC de Transição preocupa porque não tem, até agora, anúncio de contrapartidas. Daí veio o IPCA. Não dá para o BC fazer muita coisa, embora seja ainda cedo para dizer se o ciclo de cortes da Selic está em xeque", observou.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Seria importante para o futuro governo sinalizar que está preocupado com as contas públicas e que fará o necessário para estabilizar a relação dívida-**PIB**" Luciano Nakabashi, economista e professor da USP

Crises como Covid devem ser mais frequentes com 8 bilhões

Cláudia Collucci são paulo

A Covid reduziu a expectativa de vida global em quase dois anos, de 72,8 para 71 anos, ampliou desigualdades e expôs fragilidades dos sistemas de saúde para cuidar desses 8 bilhões de habitantes.

O cenário de risco começou a ser desenhado bem antes da maior crise sanitária mundial e não foi encerrado com ela. Entre os especialistas em saúde global, há a certeza de que novas epidemias se avizinham. Só não sabem quando e quão graves serão.

Entre as causas estão as desigualdades sociais cada vez mais marcantes e o movimento de urbanização acelerado ocorrido nas últimas décadas na América Latina, na Ásia e na África, que produziu cidades sem infraestrutura necessária, como redes de saneamento básico. Isso teve um impacto direto sobre algumas doenças, como a dengue, que veio a reboque do ressurgimento do *aedes aegypti* nos anos 1970.

"A falta de infraestrutura faz com que as pessoas mais pobres armazenem água como podem, em barris, em contêineres. Isso propiciou um ambiente muito favorável ao *aedes*", explica o médico Jarbas Barbosa, novo diretor-geral da Opas (Organização Panamericana de Saúde), que toma posse em fevereiro de 2023.

A falta de planejamento também aproximou das áreas urbanas problemas de saúde até então concentrados em áreas rurais, como a hantavirose, doença causada por vírus transmitido por roedores. "Alguns dos surtos que tivemos na América Latina estavam relacionados à construção de condomínios e de conjuntos habitacionais em áreas que antes eram silvestres", explica Barbosa.

A maior epidemia de ebola na África Ocidental, entre 2013 e 2015, que levou a OMS a declarar estado de "emergência sanitária mundial", é outro exemplo. "O vírus não mudou, as circunstâncias, sim. No passado, o ebola provocava surtos autolimitados, em aldeias isoladas. Em 2015, passou a ser uma epidemia nas grandes cidades pobres, com tremendo potencial de disseminação", diz Barbosa.

Deisy Ventura, professora titular de ética da USP e

que coordena o programa de pós-graduação em saúde global e sustentabilidade, reforça a relação do ambiente com as crises sanitárias: "Na região que foi o epicentro da crise do ebola, os mapas de desmatamento coincidem com os mapas de casos. O morcego não tem mais bosque e vai para as casas das periferias." A pandemia de Covid, cujo início se atribui a um mercado em Wuhan, na China, também está relacionada à migração de pessoas das zonas rurais para as urbanas, diz Barbosa. "Aquele intercâmbio de animais e vírus que antes estava limitado às aldeias passa a ter grande potencial de expansão. Quantos mercados como aquele de Wuhan nós temos nas periferias pobres da Ásia, da África e da América Latina? Milhares." Ventura, da USP, afirma que em maio de 2023 deve ser adotado um novo regulamento sanitário internacional para fazer frente a essas novas ameaças. A última versão do documento é de 2005.

Ao mesmo tempo, discute-se a criação de um tratado internacional sobre pandemias. "A grande questão é a flexibilização da propriedade intelectual para o enfrentamento de situações como a que o Tedros Adhanom [diretor-geral da OMS] chamou de apartheid vacinal", diz a professora.

Em julho de 2021, o termo foi usado para descrever cenários em que a maior parte dos não vacinados assim estava não por escolha individual ou posicionamento anticência, mas por falta de doses. "Até agora a gente continua com uma concentração brutal de vacinas nos países mais ricos", analisa Ventura.

Para ela, porém, o perigo de novos regulamentos está em tratar os sintomas sem atacar as causas. Isto é, aumentar a vigilância dos países em desenvolvimento para que cumpram regras sanitárias, em matéria de notificação e informação, mas sem resolver problemas estruturais que podem provocar pandemias.

A especialista defende que o enfrentamento das desigualdades em saúde é crucial sob todos os aspectos, incluindo o ético e o da segurança. Para tal, seria necessário retomar debates sobre a cobertura universal de saúde, interrompidos desde o início da crise sanitária. Mais de 800 milhões de pessoas (quase 12% da população mundial) gastam pelo menos 10% dos seus orçamentos familiares em

cuidados de saúde.

Todos os Estados membros das Nações Unidas concordaram em tentar atingir a cobertura universal de saúde até 2030, como parte dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Uma das propostas é uma espécie de "cesta básica" de serviços de saúde.

"O intervalo entre essas crises sanitárias será cada vez menor. Antes de acabar a Covid já tínhamos a varíola dos macacos. Não adianta tapar o sol com a peneira, vai ser uma crise atrás da outra", diz Ventura.

A acelerada transição demográfica, principalmente na América Latina e na Ásia, é outro grande desafio dentro do cenário de superpopulação. Por exemplo: a doença de Alzheimer e outras demências, que há 30 anos não tinham peso epidemiológico nessas regiões, agora estão entre as dez primeiras.

Estimativas da ONU mostram que a expectativa média de vida ao nascer, que em 1950 girava em torno de 46 anos, agora está em 73,4 -após se recuperar da queda na pandemia. Outro indicador importante, o de mortalidade infantil, caiu: morrem 26,7 bebês a cada mil nascidos vivos. Há 70 anos, eram 143 a cada mil.

Barbosa pondera que viver mais não significa viver melhor. A expectativa de vida cresce mais que a proporção de anos de vida saudável, isto é, as pessoas estão envelhecendo mal. Faltam investimentos em promoção de saúde, prevenção e diagnóstico precoce de doenças evitáveis como diabetes e hipertensão.

O médico avalia que grande parte dos países não preparou seus sistemas sociais e de saúde para esses desafios. Além de recursos escassos, faltam capacitação de profissionais e adequação da atenção primária para lidar com problemas associados ao envelhecimento.

Para isso, países em desenvolvimento precisam aumentar o financiamento da saúde. "Se não houver pelo menos 6% do **PIB** de gasto público em saúde, a gente não consegue ter um sistema de acesso universal com o mínimo de qualidade." No Brasil, gastos públicos representam 3,8%do **PIB**, e privados, 5,8%.

"Aquele intercâmbio de animais e vírus que antes estava limitado às aldeias passa a ter grande potencial de expansão. Quantos mercados como aquele de Wuhan nós temos nas periferias pobres da Ásia, da África e da América Latina? Milhares" Jarbas Barbosa novo diretor-geral da Opas

"O intervalo entre essas crises sanitárias será cada

vez menor. Antes de acabar a Covid já tínhamos a varíola dos macacos. Não adianta tapar o sol com a peneira, vai ser uma crise atrás da outra" Deisy Ventura professora titular de ética da USP

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50092>

Retrato da saúde da população global nas últimas décadas

Indicadores melhoraram, mas envelhecimento lança novos desafios para governos

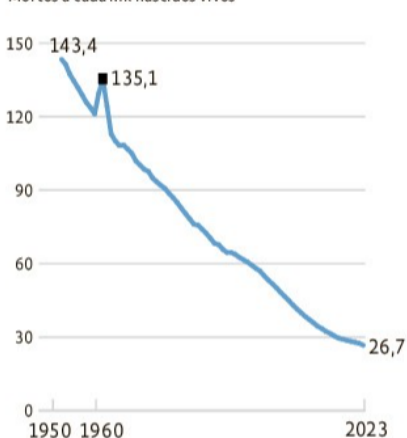
Expectativa de vida caiu com a pandemia, mas deve se recuperar

Em anos



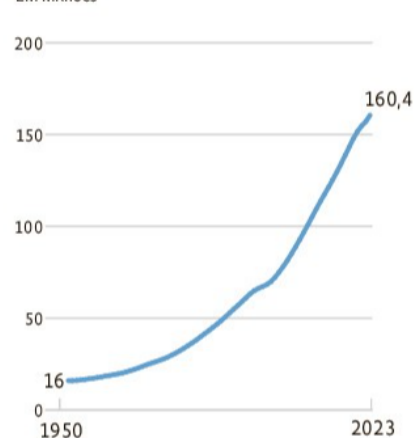
Mortalidade infantil caiu nos últimos 70 anos

Mortos a cada mil nascidos vivos



População com mais de 80 anos forma 2% da população global

Em milhões



Mundo terá maior fatia de adultos e idosos

Em bilhões



Fonte: World Population Prospects 2022

"Nunca vi mercado tão sensível como o nosso", diz petista

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ironizou a reação negativa do mercado financeiro a suas críticas ao teto de gastos e à política de austeridade fiscal. Ele afirmou nunca ter visto mercado "tão sensível" como o brasileiro.

Lula falou com apoiadores ao deixar o CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), sede do governo de transição.

"O mercado fica nervoso à toa. Nunca vi o mercado tão sensível como o nosso. É engraçado que esse mercado não ficou nervoso em quatro anos de [Jair] Bolsonaro (PL)", respondeu Lula, após ser questionado por jornalistas sobre o desempenho da Bolsa e do dólar nesta quinta.

Mais cedo, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, já havia contestado a reação do mercado financeiro.

"O presidente Lula já foi presidente da República e assumiu o governo com uma dívida de praticamente 60% do PIB e, quando transferiu o governo, era menos de 40% do PIB. Baixou de 60% para 40% a dívida sobre PIB, e teve resultado primário, superávit primário, todos os anos. Se há alguém que teve responsabilidade fiscal, foi o governo Lula."

Alckmin falou ainda que responsabilidade fiscal não é incompatível com a questão social.

"O que precisa é a economia crescer, esse é o fator relevante. E aí é importante investimento, você ter investimento público e privado, recuperar planejamento no Brasil e bons projetos", afirmou. Leia mais nas págs.

A20, A22, A23 e A24

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50092&anchor=6467405&pd=8c5d6a0d7e3d5a91211658d9b5490978>

Lula falou de um conflito que não existe, diz ex-diretor do BC



Divulgação

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO

Luiz Fernando Figueiredo, presidente do Conselho de Administração da Jive Investments e ex-diretor do Banco Central nos governos FHC e Lula, afirma não ver problema em um aumento de gastos em torno de R\$ 100 bilhões no próximo ano para garantir programas sociais -desde que essa licença para gastar seja acompanhada por um plano para controlar o aumento da dívida pública nos próximos anos.

Para ele, o discurso do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desta quinta-feira (10) trouxe um conflito que não existe, entre gasto social e responsabilidade fiscal, o que explica a reação negativa do mercado.

Figueiredo diz acreditar que o governo eleito encontrará uma solução razoável para a questão fiscal que dará ao país condição de crescer 2% em 2023, muito acima das projeções de mercado.

O senhor participou da transição entre os governos FHC e Lula. Seria possível traçar um paralelo com a situação atual em termos de desafios econômicos? Na época o Brasil estava bem em termos de reformas, e o resultado fiscal gerava estabilidade futura da dívida. Ainda tinha uma fragilidade no balanço de pagamentos, o desafio de uma **inflação** muito alta e um problema de rolagem da dívida. Foi importante naquele momento que o governo apontasse para o

lado da responsabilidade fiscal. Se não gerasse alguma confiança, não ia conseguir rolar a dívida pública e ia quebrar.

E agora? O Brasil fez um volume grande de reformas nos últimos seis anos. Temos um balanço de pagamento saudável. A **inflação** já teve o pico e tem uma tendência de queda gradual. Eu sou daqueles que estão otimistas com o crescimento no ano que vem. O mercado estima menos de 1%, e eu acho que, se a gente tiver uma situação fiscal razoável, pode crescer 2%, apesar desse mundo mais desafiador.

Você não tem problema de rolagem de dívida, o Tesouro tem um caixa bem robusto, mas a gente tem uma situação de fragilidade fiscal e não tem o superávit necessário para estabilizar a relação dívida/**PIB**. Ela se estabilizou nos últimos anos por fatores que não vão se perpetuar. Nossa dívida é a maior entre os emergentes, tem a vantagem de ser financiada localmente, os estrangeiros têm uma parte pequena da dívida. Mas não dá para brincar.

O Orçamento de 2023 prevê uma contração de gastos no ano que vem, e o governo eleito está propondo alterações. Existe um certo consenso que as duas campanhas trouxeram de que algum crescimento de gasto deveria acontecer, social, com extensão dos R\$ 600 [do Auxílio Brasil], aumento de salário mínimo, mudança da tabela do Imposto de Renda, mesmo com esse Orçamento mais apertado.

A questão é que você não pode só fazer essa ampliação fiscal e não dizer qual vai ser o arcabouço para que, no médio prazo, você consiga trazer a dívida para um número mais razoável. As duas coisas têm de ser meio casadas. Para você ter permissão para gastar mais, tem de dizer como vai resolver isso. Como é que financia essa mudança de um déficit fiscal para um superávit para estabilizar a dívida.

Seria possível ser razoável sem sacrificar as promessas de campanha? Não vai sacrificar nenhuma. Só não dá para falar que eu vou fazer tudo agora e não vou resolver a questão do endividamento. Em um ambiente pior, as necessidades sociais vão se ampliar. Você entra num ciclo vicioso. Precisamos de uma situação mais razoável para entrar em um ciclo virtuoso. Não está difícil. Eu diria que está fácil.

Não precisa de muito. Faz uma PEC em torno de R\$ 100 bilhões e um arcabouço, por exemplo, em cima de resultado primário. Daqui dois anos, vou estar com superávit de 2% a 2,5% do PIB. Se tiver um olhar crível nisso, está resolvido, o Brasil passa a crescer de 2,5% a 3%. Está muito na mão. O que as pessoas estão buscando é razoabilidade. Se a gente tiver isso, vai ser um país capaz de resgatar essa dívida social que é gigante.

A discussão apenas em cima do gasto, sem a parte do financiamento, pode estar minando a confiança do mercado no novo governo? O que acontece é que o Lula veio com um discurso que não ajudou. Ele trouxe um conflito que não existe. Foi um discurso ainda de campanha. Para melhorar o ambiente, para fazer um conjunto de ações sociais que realmente beneficie, principalmente os mais vulneráveis, precisa de estabilidade.

O mercado não é um grupo de pessoas da Faria Lima. São investidores do mundo inteiro, nós que estamos tomando nossas decisões, as empresas, todo mundo.

Ok, vamos gastar mais agora porque é necessário socialmente, mas não vai resolver essa questão do endividamento? A Bolsa está caindo mais de 4% hoje [na quinta, por volta das 16h], o câmbio está se desvalorizando. O mercado reagiu muito negativamente.

O problema é o tamanho do gasto ou a falta dessa sinalização de responsabilidade fiscal? Não é suficiente dizer que eu já fui responsável fiscalmente lá atrás. E agora, como será? As pessoas não estão falando que não dá para gastar nada a mais. Estão dizendo que tudo bem, mas precisa ter alguma coisa que seja razoável. Quando diz que vai gastar e que não sabe o que vai fazer, gerou um problema. É natural o que estamos vendo. O mercado está com uma dúvida e não é uma dúvida pequena.

A meu ver, o que vem pela frente, é uma arrumação dessa visão. O [novo] governo dizer que entende que temos de ter uma sustentabilidade da dívida. E daí todo esse conjunto de iniciativas sociais acaba tendo o efeito que precisa ter.

Orçamento são sempre escolhas. A resposta para uma necessidade de gastos sociais maior não pode ser sempre aumento de gastos. Eu privilegio os que são prioritários. A meu ver, R\$ 175 bilhões é demais, pode ser que tenha sido colocado para que se negocie com o Congresso para chegar em um nível menor.

Essa é a primeira questão importante. A segunda é entender se a gente vai estar diante de uma agenda de reformas que aumente a produtividade da

economia ou uma agenda que não aumente. Por exemplo, a sinalização de uso de bancos e empresas públicas já custou muito caro para os brasileiros.

A dívida era menor em relação ao primeiro ponto. Depois do discurso do Lula, ela cresceu. Foi um discurso que vai até contra uma base de apoio de centro que ele teve. Enfim, vamos ver se é só discurso. Nesse sentido, acho que vai prevalecer um certo pragmatismo. Nenhum governo se elege para reduzir a dívida, mas se ele não tiver uma dívida sob controle, não consegue fazer a agenda dele, que o país melhore. É só você não se tornar insustentável. Só isso.

Aquele pragmatismo que a gente viu em 2003 vai se impor novamente agora? Ele vai, mas não é o que está acontecendo. Os primeiros sinais são ruins. O ambiente internacional está muito desafiador. Em um ambiente desses, a paciência do investidor é muito menor. Tem de tomar cuidado. Ainda mais tendo uma dívida tão alta. Vimos o exemplo do que aconteceu na Inglaterra. O governo mal entrou e já caiu.

Eu estou no campo mais otimista em relação ao crescimento do ano que vem, mas estou partindo do princípio que haverá um pragmatismo grande no âmbito fiscal. O Lula fez isso [quando foi presidente]. Quando a Dilma não fez, ele foi crítico a ela. A base de apoio para esse governo é uma base além da esquerda. O próprio Congresso é um Congresso reformista. Você olha todos esses elementos. Aí vem o discurso do Lula, que foi contra isso. Vamos ver quais as ações que vêm pela frente. Você tem um grupo de transição que é difícil, tem gente de várias vertentes, mas a chance é grande de chegar a um consenso razoável.

Mas falta o nome do ministro da Fazenda. Há uma chance maior a meu ver de ter um ministro na linha mais política com boa capacidade de negociação com o Congresso e uma equipe técnica robusta. O ano que vem, se esse pragmatismo prevalecer, nós vamos nos surpreender com um crescimento maior do que os analistas têm projetado. A gente está diante de uma mega oportunidade. O Brasil adora perder uma oportunidade. Espero que não perca essa.

RAIO-X

Luiz Fernando Figueiredo, 58, economista, presidente do Conselho de Administração da Jive Investments e ex-diretor do Banco Central (1999-2003). Trabalhou em instituições como Banco BBA, Banco Nacional e JP Morgan. Foi sócio-fundador da Mauá Capital e um dos fundadores da Gávea Investimentos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50092&anchor=6467405&pd=8c5d6a0d7e3d5a91211658d9b5490978>

Responsabilidade fiscal ajuda os mais pobres, responde Arminio a Lula



O presidente eleito Lula (PT) discursa em reunião com parlamentares no CCBB, sede da transição. GABRIELA BAI/FOLHAPRESS

"Estabilidade fiscal significa menos incerteza e juros mais baixos, o que gera mais investimento e mais crescimento. Simples assim. E mais, acompanhada de transparência, aumenta a chance de os recursos beneficiarem os mais pobres", afirma o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, em resposta a críticas do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, a políticas de austeridade fiscal.

Em discurso feito a parlamentares de partidos aliados no auditório do CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), sede do governo de transição, na manhã desta quinta (10), Lula fez várias perguntas nas quais demonstrou ver incompatibilidade entre responsabilidade fiscal e políticas sociais que beneficiem os mais pobres.

Investidores reagiram mal à mensagem do presidente, levando a uma disparada do dólar e à queda da Bolsa.

Fraga, que em coluna nesta Folha fez uma "entrevista imaginária" com Lula durante a campanha eleitoral, inverteu as posições de entrevistador e entrevistado e, abaixo, responde a questões feitas pelo presidente eleito durante seu discurso.

•

Luiz Inácio Lula da Silva: Ora, por que as pessoas são levadas a sofrerem por conta de garantir a tal da

estabilidade fiscal neste país? Arminio Fraga: Estabilidade fiscal significa menos incerteza e juros mais baixos, o que gera mais investimento e mais crescimento. Simples assim. E mais, acompanhada de transparência, aumenta a chance de os recursos beneficiarem os mais pobres.

O descontrole fiscal contribuiu também para a volta da **inflação**. Outra vez, quem perde mais são os mais pobres.

As escolhas a curto prazo parecem terríveis. Mas não é o caso. Com um ambiente econômico arrumado, a atividade econômica reage, como ocorreu a partir da segunda metade de 1999, quando foram seis trimestres de crescimento anualizado em torno de 4%. E reage também na outra direção, como vimos em 2015-16 com o colapso fiscal. Essa é a escolha.

Por que toda hora as pessoas falam que é preciso cortar gasto, que é preciso fazer superávit, que é preciso fazer teto de gasto? Porque o gasto público vem crescendo há décadas, e a dívida corre o risco de entrar em trajetória de crescimento acelerado.

Tudo começou com o colapso fiscal de 2014. De lá para cá houve algum progresso, mas recentemente a torneira se abriu. As perspectivas para o ano que vem não são boas. A discussão de aumentar o gasto agora é brincar com fogo.

Sou a favor de aumentar os investimentos sociais, uma legítima demanda, mas redefinindo prioridades. O mercado despencou hoje, um sinal de que um pânico pode estar a caminho. Sem uma correção de rumo, o custo social vai ser enorme.

Por que as mesmas pessoas que discutem com seriedade o teto de gastos não discutem a questão social deste país? Muitas discutem. Tenho escrito e falado sobre a necessidade de se promover uma discussão mais aberta do Orçamento. Os gastos em folha de pagamentos e Previdência são enormes no Brasil. Com um ajuste seria possível estabilizar a economia e aumentar os investimentos de alto retorno social.

Há também algum espaço para aumentar receitas, sobretudo cobrando de quem mais pode pagar e hoje paga muito pouco. Essas são as grandes escolhas

que não estão nem sequer sendo contempladas, que dirá feitas.

Por que o povo pobre não está na planilha da discussão da macroeconomia? Como disse acima, falta esse olhar macro, que dê transparência a um tema crucial: para onde vai o dinheiro público.

Está ganhando força a ideia de que dá para gastar à vontade com investimento, pois se paga. Mas se paga mesmo? Quando? Como? O que é investimento? Quanto dá para financiar no mercado? Não muito. Falta mesmo é prioridade.

Por que que a gente tem meta de **inflação** e não tem meta de crescimento? Seria bom. A **inflação** responde de forma direta e em prazo curto à política macroeconômica. A experiência universal, nossa com certeza, mostra que **inflação** atrapalha o crescimento e penaliza os pobres. Nada se ganha com um pouco mais de **inflação**.

Não se pode confundir recuperação de recessão, como ocorre no pós-pandemia, com crescimento sustentado. O crescimento depende de ganhos de produtividade. Para isso é necessário investimento em gente, em ideias, em capital convencional, em boas práticas, em horizontes longos, o que requer muita tranquilidade e previsibilidade. Leva tempo.

Seria possível e desejável estabelecer objetivos, sim, mas as correções de rumo não são passíveis de respostas de curto prazo, como na política monetária. Seria tarefa para gerações e exigiria um esforço continuado e competente.

Por que que a gente não estabelece um novo paradigma de funcionamento neste país? Seria ótimo. Nos falta uma visão mais moderna. Mais gasto não vai dar conta do recado. Nesse momento vai atrapalhar.

Claro que pobreza e desigualdade têm que ter um papel central. Mas, do pouco que já se ouve, me parece que estamos caminhando para mais um período de instabilidade macroeconômica. Os sonhos de um Brasil de oportunidades, justo, verde, vibrante, estão ameaçados. Os sinais de curto prazo, como a enorme expansão de gastos, estão indo na direção contrária ao necessário. Não vai ser acumulando mais dívida que chegaremos lá.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50092&anchor=6467405&pd=8c5d6a0d7e3d5a91211658d9b5490978>

Aliados de Bolsonaro articulam "jabuti" para destravar emendas

Thiago Resende e Marianna Holanda

Lideranças do centrão articulam inserir jabuti na PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição para destravar emendas parlamentares de 2022 que hoje estão congeladas por falta de espaço no Orçamento. Integrantes do governo Jair Bolsonaro (PL) também participam dessas conversas.

A PEC da Transição é articulada pelo presidente eleito Lula (PT), mas com a finalidade de garantir a continuidade do benefício mínimo de R\$ 600 do Auxílio Brasil (que deve voltar a se chamar Bolsa Família) em 2023.

Hoje estão bloqueados quase R\$ 7,7 bilhões das emendas de relator, usadas na negociação política entre o Planalto e o Congresso. O valor representa 46,7% do total de R\$ 16,5 bilhões reservados para esse instrumento.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem nessas emendas uma moeda de troca para angariar apoio de parlamentares à sua reeleição ao comando da Casa, em fevereiro. A falta de dinheiro para liberá-las tem sido tratada por Lira e pelo ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, que também é do PP

O dinheiro precisa ser liberado até o fim de dezembro para que os ministérios façam o empenho da verba. Do contrário, o valor reservado às emendas será perdido, pois novo Orçamento será executado em 1º de janeiro.

Parte do recurso bloqueado já foi negociada por Lira com aliados, mas não foi paga devido ao bloqueio das verbas. Outra parcela vinha sendo poupada pelo presidente da Câmara para uso no fim do ano, mais perto da eleição ao comando da Casa.

A articulação com objetivo de usar a proposta de Lula para aliviar o último Orçamento de Bolsonaro foi confirmada à Folha por líderes do centrão e por integrantes do atual governo.

Na PEC da Transição, além da manutenção do valor mínimo de R\$ 600 para o Auxílio Brasil, seriam viabilizados o benefício extra de R\$ 150 por criança de até seis anos no programa social e o aumento real (acima da **inflação**) no salário mínimo.

A tendência é que bolso-naristas busquem incluir no texto dispositivos para deixar despesas fora do teto de gastos. O objetivo é ter espaço para pagar as emendas sem esbarrar na regra fiscal.

O plano em elaboração pelo Centrão e por aliados de Bolsonaro deve impulsionar as críticas à PEC na base lulista. Embora o petista tenha dito a interlocutores que deve optar pela PEC para resolver os problemas orçamentários do primeiro ano do novo governo, aliados resistem a essa ideia pelo poder dado a Lira.

Um dos críticos é o senador Renan Calheiros (MDB-AL), indicado na quarta (9) para representar seu partido no conselho político da equipe de transição. Para ele, a PEC "é uma barbearagem".

O Palácio do Planalto prometeu a Lira a liberação das emendas após as eleições, mas não o fez pela dificuldade de a equipe técnica encontrar espaço no teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas à **inflação**.

Outro entrave se deve a uma decisão do Supremo Tribunal Federal nesta semana. A ministra Cármen Lúcia suspendeu MP (medida provisória) assinada por Bolsonaro para adiar o pagamento de repasses ao setor cultural, referentes às leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2. A maioria da Corte concordou com a posição da ministra.

A MP foi editada na tentativa de adiar despesa de R\$ 3,8 bilhões, aprovada pelo Congresso e que deveria ter sido paga neste ano. Com a decisão, o Palácio do Planalto precisará incorporar esse gasto no Orçamento.

Outro fator que preocupa a equipe de Bolsonaro é o aumento nos gastos da Previdência, devido à redução da fila de espera para análise dos pedidos de aposentadorias e outros benefícios.

Força-tarefa pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), com pagamento de bônus por análise extra, ajudou a diminuir a fila. A medida atende aos segurados, mas tem efeito negativo para as contas do governo. Como se trata de despesa obrigatória, Bolsonaro não consegue adiá-la.

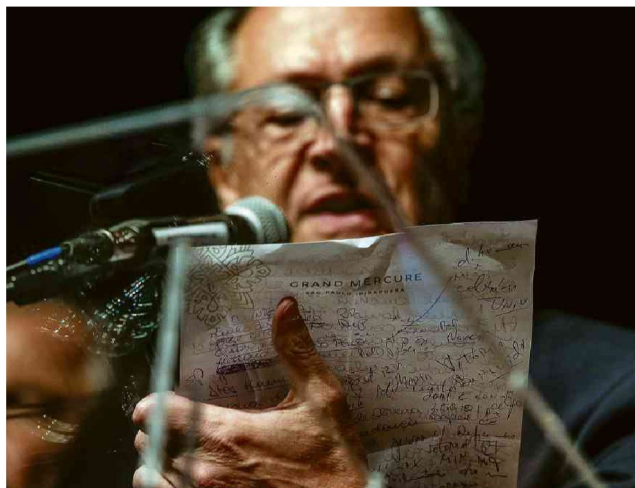
Além da limitação do teto de gastos, os ministérios podem enfrentar restrições para executar as emendas em período tão próximo do fim do ano. Pelas regras do Ministério da Economia, só podem ser empenhados valores de obras ou aquisições a serem realizadas no próprio exercício. Em 2020, o Tribunal de Contas da União entendeu que a pandemia era justificativa para flexibilizar essa regra. O TCU permitiu empenhar despesas que seriam executadas no ano seguinte.

Técnicos dão como certa a busca de parlamentares do eentrão por uma nova exceção este ano. IT

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50092&anchor=6467405&pd=8c5d6a0d7e3d5a91211658d9b5490978>

PEC vai tirar Bolsa Família do teto para sempre, diz relator



O vice presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), durante entrevista sobre a equipe de transição. Pedro Ladeira/Folhapress

Idiana Tomazelli João Gabriel

BRASÍLIA

O relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), disse nesta quinta-feira (10) que a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição vai retirar as despesas com o Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa Família) do alcance do teto de gastos -regra fiscal que limita o avanço das despesas à variação **inflação**.

A mudança, segundo ele, seria permanente. "A ideia é que seja permanente, que haja compromisso da sociedade brasileira com os mais carentes, mais pobres, que eles possam sentir que haja segurança, e que estejam excepcionalizados para sempre esses recursos", disse o senador após reunião sobre o tema na residência oficial do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), que coordena a equipe de transição do novo governo, e o senador eleito Wellington Dias (PT-PI), negociador do Orçamento, também participaram das conversas. O grupo também se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O anúncio ocorre após o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticar o teto de gastos, regra fiscal que limita o crescimento das despesas à **inflação**, e defender um "novo paradigma" que permita o foco no social, como pregado em sua campanha.

"Por que pessoas são levadas a sofrer para garantir a tal da estabilidade fiscal nesse país? Por que toda hora as pessoas dizem que é preciso cortar gasto, que é preciso fazer superávit, que é preciso ter teto de gastos?", disse em discurso no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), sede do governo de transição. "Por que a gente não estabelece um novo paradigma?", questionou.

As falas do petista foram mal recebidas no mercado financeiro, que teme um descontrole das contas públicas e do endividamento na esteira do aumento das despesas. O vice eleito reagiu a essas críticas. "Se há alguém que teve responsabilidade fiscal, foi o governo Lula", afirmou Alckmin.

Como mostrou a Folha, a ideia de retirar toda a despesa com Bolsa Família do teto de gastos já vinha ganhando força nos últimos dias. A mudança deixaria uma despesa de R\$ 175 bilhões fora do teto, enquanto os R\$ 105,7 bilhões atualmente reservados para o programa social seriam redistribuídos a outras áreas que correm risco de apagão.

O texto da PEC precisa ser apresentado logo para que possa começar a tramitar. É a partir dele que serão feitas as modificações na proposta de Orçamento de 2023. A proposta precisa estar pelo menos protocolada para que Castro possa incorporar mais despesas em seu relatório, ainda que elas fiquem condicionadas à aprovação da mudança constitucional.

A PEC da Transição é considerada necessária para garantir a continuidade do benefício mínimo de R\$ 600 do Bolsa Família a partir de janeiro. A despesa para assegurar esse valor chega a R\$ 157 bilhões. O PT também promete uma parcela extra de R\$ 150 por criança de até seis anos no programa social, ao custo de R\$ 18 bilhões.

Membros do novo governo preferem uma retirada permanente das despesas com o Bolsa Família do teto de gastos. Eles chegaram a ser alertados por integrantes da CMO (Comissão Mista de Orçamento) sobre o risco. A sugestão do colegiado foi limitar a medida a um prazo de até quatro anos.

Castro buscou minimizar os temores e disse que a aprovação da proposta não significará um "cheque em

branco" para o novo governo. "Para que não haja nenhuma dúvida de que possa ser um cheque em branco para gastar com o que o governo quiser. Lá vai estar especificado claramente, tantos bilhões, por exemplo, para Farmácia Popular, saúde indígena, merenda escolar, Minha Casa, Minha Vida", disse.

"Houve boa receptividade de todos os líderes. De hoje para amanhã a equipe volta a falar comigo para apresentar oficialmente, me entregar o texto da PEC dizendo quais são as rubricas que estarão excepcionalizadas e o valor de cada uma", afirmou.

O relator do Orçamento disse ainda que está em discussão a possibilidade de permitir despesas fora do teto de gastos, desde que bancados com receitas extraordinárias -ou seja, acima das previstas. Ele citou como exemplo a arrecadação com bônus de leilões de petróleo. A despesa seria bancada por meio de crédito extraordinário, num montante limitado a 2% da RCL (receita corrente líquida).

"[Os 2%] Seriam permanentes também, pelo menos é o que estou entendendo. Tem que ver como isso virá escrito na PEC. Gastar até 2% da receita corrente líquida", disse Castro.

Mais cedo, Wellington Dias confirmou a discussão sobre tirar do teto uma parcela de gastos bancada com receitas extras, mas disse que essa é uma sugestão da Câmara e do Senado.

"Essa proposta não foi da equipe de transição, surgiu na Câmara e no Senado. Pedimos um esforço sobre destinação de emendas, para uma parte significativa ser priorizada como "emendas para investimentos", para ajudar a integrar e ampliar investimentos privados, com melhores resultados na economia social e fiscal", afirmou.

Segundo o senador eleito, o novo governo quer chegar a um patamar de 1% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em investimentos públicos já no primeiro ano de administração. Isso significaria um montante de cerca R\$ 100 bilhões já na proposta de Orçamento de 2023.

Dias disse que a medida é "factível". Hoje, o Orçamento já reserva cerca de R\$ 22 bilhões para obras públicas e demais investimentos.

Segundo o senador eleito, a ideia é negociar com os parlamentares a destinação de outros R\$ 20 bilhões a partir das emendas -individuais, de bancada e de relator. Ao todo, as emendas somam R\$ 38,8 bilhões, ou seja, se a articulação prosperar, isso consumiria metade dessas verbas.

O restante seria viabilizado por meio do espaço de R\$

105 bilhões aberto no teto de gastos por meio da PEC da Transição

A PEC deve começar a tramitar pelo Senado, onde o rito de votação de uma alteração constitucional é mais simples. Mesmo assim, o texto não irá direto ao plenário. Ele passará primeiro pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), informou Wellington Dias.

Castro é cotado para ser o relator da PEC, uma vez que ele também é o relator-geral do Orçamento de 2023. A acumulação das duas relatorias facilitaria as negociações.

Mais cedo, Castro disse que o trâmite no Senado é mais célere para a aprovação da PEC da Transição. Na Câmara, segundo ele, o texto aprovado pelos senadores seria apensado à PEC 24, que tem a deputada Tabata Amaral (PSB-SP) como relatora. A medida ajuda a ganhar velocidade, já que o trâmite normal exigiria apreciação pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e pela comissão especial.

A proposta, de autoria da deputada Luisa Canziani (PTB-PR), propõe aumentar a autonomia financeira das instituições federais de ensino, retirando as despesas delas do alcance do teto de gastos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50092&anchor=6467405&pd=8c5d6a0d7e3d5a91211658d9b5490978>

Eleições nos EUA trazem alívio para Biden e revés para Trump

Thiago Amâncio Atlanta (geórgia)

As midterms, eleições de meio de mandato nos EUA, realizadas na última terça (8), surpreenderam os que acompanham o noticiário político internacional ao não impor ao presidente Joe Biden a derrota acachapante que era prevista.

O resultado parece negativo para o ex-presidente Donald Trump, que não conseguiu emplacar algumas de suas principais apostas e vê Ron DeSantis, um novo herdeiro do trumpismo, consolidar-se.

Em nível estadual, as lideranças serão mais diversas.

Veja os principais resultados dessas eleições.

* Onda republicana pouco forte Ainda que a apuração não tenha sido concluída, algo já é dado como certo: a "onda vermelha" republicana que as pesquisas apontavam como provável no Congresso não deve chegar com tanta força como aconteceu em outros mandatos democratas.

Em -2010, nas primeiras midterms de Barack Obama, os republicanos viraram 63 cadeiras para o partido. No começo do governo Bill Clinton, em 1994, os republicanos conquistaram 54 assentos. Hoje os republicanos têm -212 assentos na Câmara e precisam, ao todo, de 218 para controlar a Casa. Qualquer resultado abaixo de 20 novas cadeiras neste ano tem sido visto como um resultado ruim para o partido.

No Senado, os republicanos também podem não obter maioria. Tudo isso faz com que os números até aqui sejam muito melhores do que o esperado por Biden.

O resultado é especialmente ruim para Trump, que viu algumas de suas apostas serem derrotadas, não só no Legislativo mas em governos estaduais, como na Pensilvânia (Doug Mastriano), em Wisconsin (Tim Michels) e em Michigan (Tudor Dixon).

Aborto e **inflação** Os dois temas mais importantes desta eleição para os eleitores, segundo todas as grandes pesquisas de boca de urna, foram a situação econômica dos Estados Unidos e a garantia do acesso ao aborto.

A **inflação**, hoje em 8,2% no acumulado de 12 meses, nível historicamente alto para o país, tende a punir o Partido Democrata, que está no poder.

Por outro lado, a defesa do direito ao aborto, depois que a Suprema Corte autorizou em junho deste ano que estados proibissem a prática, mobilizou uma legião de eleitoras -mesmo em estados conservadores- para votar em candidatas democratas.

A Pensilvânia, por exemplo, estado-pêndulo, que não tem preferência clara por democratas ou republicanos, elegeu democratas para o governo e para o Senado. Por lá, 35% dos eleitores citaram o aborto como o tema mais importante hoje e 29% citaram a **inflação**, segundo o canal NBC.

Além disso, Michigan, Califórnia e Vermont aprovaram na terça (8) emendas que adicionam às Constituições locais o direito à interrupção voluntária da gravidez.

A ameaça Ron DeSantis A reeleição acachapante do governador da Flórida, Ron DeSantis, com quase 20 pontos percentuais à frente do segundo colocado, confirma o republicano como uma das figuras mais fortes do partido de Trump -e uma ameaça às pretensões do ex-presidente de voltar ao cargo.

Por mais que os republicanos venham ocupando o comando do estado do sul desde a eleição de Jeb Bush, em 1999, a margem de vitória dos republicanos desde 2000 não passava dos dois dígitos.

A vitória de DeSantis não só o consolida dentro do Partido Republicano como reforça que a Flórida, antes um estado-pêndulo, está cada vez mais identificada com aquele partido.

Mais negacionistas Mais de 168 candidatos republicanos que contestam a eleição presidencial de 2020 -que deu a chefia da Casa Branca a Joe Biden- se elegeram nas midterms, segundo monitoramento do jornal The Washington Post com os dados disponíveis até a tarde da quarta-feira (9). Isso pode ter algum impacto na eleição presidencial de 2024.

Há entre eles radicais, como a deputada Marjorie Taylor Greene, negacionista e disseminadora da conspiração QAnon, e o senador Rand Paul, do Kentucky.

Houve derrotas importantes porém. Na Pensilvânia, Doug Mastriano perdeu a eleição para governador, assim como a comentarista política conservadora Tudor Dixon em Michigan, ambos apoiados por Trump.

Primeiras mulheres Ao menos dois estados terão governadoras mulheres pela primeira vez em sua história.

Em Massachusetts, a população elegeu Maura Healey, 51, que também será a primeira governadora do país aberta-mente lésbica. Os EUA ainda podem eleger outra mulher lésbica nestas midterms, a democrata Tina Kotek, que disputa o governo do Oregon- ainda não há definição.

Outro estado que elegeu uma mulher pela primeira vez foi o Arkansas, onde a candidata republicana Sarah Huckabee Sanders, que ocupou o posto de porta-voz da Casa Branca durante o governo de Donald Trump, saiu vitoriosa. Ela é filha de Mike Huckabee, que foi governador do mesmo estado por dez anos.

O estado de Vermont elegeu pela primeira vez em sua história uma mulher para o Congresso, a democrata Becca Ba-lint. Vermont era o último estado do país que ainda não havia elegido mulheres para o Legislativo federal.

Governador negro Já em Maryland, Wes Moore será o primeiro governador negro do estado e o terceiro negro eleito para chefiar um governo estadual na história dos Estados Unidos -os primeiros foram Douglas Wilder (1990-1994), que governou a Virgínia, e Deval Patrick (2007-2015), em Massachusetts. Com trajetória no mercado de investimentos, o democrata, que também é escritor e produtor de televisão, substituirá o popular Larry Hogan, também democrata.

A volta indígena ao Senado O deputado republicano Markwayne Mullin, que tem origem indígena, foi eleito senador pelo estado de Oklahoma. Mullin é oficialmente membro da Nação Cherokee.

Os EUA já tiveram quatro senadores com raízes indígenas. O último deles foi o republicano Ben Nighthorse Campbell, que deixou o cargo em 2005. Oklahoma já teve outro senador indígena, o democrata Robert Owen (1907-1925), também da Nação Cherokee.

Geração Z O deputado mais novo desta legislatura será o democrata Maxwell Frost, que tem 25 anos, idade mínima permitida para um cargo na Casa.

Eleito pela Flórida, tem sido descrito como o primeiro parlamentar da geração Z - de nascidos após 1995 e à

qual ele fez questão de agradecer.

"GANHAMOS!!!! A história foi feita nesta noite. Fizemos história para os habitantes da Flórida, para a geração Z e para todos os que acreditam que merecemos um futuro melhor", escreveu ele no Twitter ao comemorar a vitória.

Squad 100% reeleito O chamado Squad, grupo de deputados da esquerda e de representantes de minorias cuja expoente máxima é a democrata Alexandra Ocasio-Cortez (Nova York), foi todo reeleito.

Além de AOC, como ela é conhecida, continuarão a ocupar o Congresso Ilhan Ornar (Minnesota), Ayanna Press-ley (Massachusetts), Rashida Tlaib (Michigan), Cori Bush (Missouri) e Jamaal Bowman (Nova York).

Outros nomes podem integrar o grupo, como Greg Casar, eleito no Texas; Summer Lee, na Pensilvânia; Delia Ramirez, de Illinois; e o próprio Maxwell Frost, o caçula da Flórida.

Primeiro homem trans O estado de New Hampshire elegeu nessas midterms James Roesener como deputado estadual. Ele se tornou assim o primeiro homem trans eleito para um cargo do tipo no país, segundo o LGBTQ Victory Fund, grupo que promove a inclusão de pessoas LGBTQIA+ na política. O democrata tem 26 anos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50092&anchor=6467411&pd=1d3cb7fc70f33a7de259966612b2f00e>



Cartazes de campanha para as eleições de meio de mandato, as midterms, em muro na Pensilvânia (EUA) Rachel Wisniewski - 9.nov.22/Reuters

Lula ainda está no palanque (Editorial)

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu acabar com o clima de lua de mel que havia se criado em torno de sua eleição. Com o fim antecipado do calamitoso governo Jair Bolsonaro, todas as atenções se voltaram para os trabalhos da equipe de transição, a escolha dos nomes que farão parte desses grupos técnicos e, sobretudo, a política econômica que vai nortear a administração petista. Mas a chegada de Lula a Brasília pôs por terra as ilusões de que a responsabilidade fiscal será um marco de seu terceiro mandato.

A nomeação de Geraldo Alckmin como chefe do gabinete de transição havia gerado expectativas positivas sobre o futuro governo, a ponto de conter a desconfiança gerada pela onipresença dos ex-ministros Gleisi Hoffmann e Aloizio Mercadante na coordenação dessas atividades. A escolha do grupo que fará as propostas para a área econômica foi bem recebida, ainda que insuficiente para sanar as incertezas a respeito da condução da economia. As articulações em torno da elaboração de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para retirar os gastos do Bolsa Família do teto de gastos, no entanto, foram malvistas. A tudo isso se somou a dura realidade, com a divulgação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro comprovando a força e a consistência da inflação.

Depois de se reunir com autoridades do Legislativo e do Judiciário, num esforço para resgatar a institucionalidade das relações entre os Poderes, Lula foi ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) para encontrar parlamentares. Era o momento para aproveitar a visibilidade que a eleição lhe conferiu para se apresentar como um estadista à altura dos desafios do País que assumirá em menos de dois meses. Suas falas, no entanto, lembraram o período de campanha, quando os candidatos abusam do pensamento mágico para prometer o que podem e o que não podem cumprir. Esse é um papel que Lula perdeu o direito de interpretar a partir do momento em que se sagrou vencedor da disputa presidencial, em 30 de outubro.

"Por que as pessoas são levadas a sofrer por conta de garantir a tal da estabilidade fiscal desse país? Por que toda hora as pessoas falam que é preciso cortar gastos, que é preciso fazer superávit, que é preciso fazer teto de gastos? Por que as mesmas pessoas que discutem teto de gastos com seriedade não discutem a questão social neste país?", questionou Lula. O presidente eleito fez comparações descabidas, chegando a criticar a existência de metas de inflação

e a ausência de um regime de metas para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Voltou também a defender a ideia de que há gastos que precisam ser encarados como investimento, como se questões semânticas fossem capazes de resolver o descalabro fiscal em que o País se encontra. "É um discurso de PT pelo PT, que ignora os apoios recebidos", definiu a economista Elena Landau, em entrevista ao Valor.

O mercado financeiro reagiu imediatamente. A bolsa despencou, a curva de juros subiu e o câmbio disparou. Em menos de dez dias, toda a boa vontade com o governo eleito acabou. Se Lula pensava em adiar a escolha da composição de sua equipe econômica e dos futuros ministros da Fazenda e do Planejamento para conter brigas entre aliados, seu próprio discurso o emparedou perante os investidores. Agora, somente o anúncio de um nome efetivamente comprometido com a responsabilidade fiscal poderá reverter as péssimas expectativas que se formaram a respeito de seu futuro governo.

Se a construção da narrativa de uma frente ampla funcionou para a eleição, ela é insuficiente para montar um governo de coalizão. Ao insistir em manter um clima de campanha, comportamento que, aliás, lembra muito o de seu antecessor, Lula desmoraliza os esforços de seu próprio gabinete de transição, que vinham sendo bem conduzidos por Alckmin. Responsabilidade fiscal, afinal, não é capricho: é condição obrigatória para reconstruir as políticas públicas devastadas por anos de bolsonarismo. É hora de descer do palanque.»

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



PEC da Transição: Centrão quer liberar R\$ 7,9 bi do orçamento secreto

I ADRIANA FERNANDES

Lideranças do Centrão se movimentaram ontem no Congresso para incluir na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição uma flexibilização para liberar até o fim do ano R\$ 7,9 bilhões de emendas do orçamento secreto que estão hoje bloqueadas.

Segundo apurou o Estadão, a articulação da proposta saiu da Casa Civil do governo Jair Bolsonaro (PL), comandada por Ciro Nogueira. Ele é aliado do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PPAL), que busca a sua reeleição para o comando da Casa e conta com a liberação dessas emendas como moeda de troca.

Revelado pelo Estadão, o orçamento secreto consiste em um esquema de transferência de verbas a parlamentares sem critérios de transparência em troca de apoio político.

A própria PEC liberaria as emendas de relator, que sustentam o orçamento secreto - não de forma direta, mas abrindo espaço no limite do teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação) em 2022.

As emendas foram bloqueadas pelo governo para o cumprimento do teto de gastos. A expectativa dos aliados do presidente Bolsonaro era de que elas fossem liberadas até o fim do ano para servir de apoio às negociações para as mesas da próxima legislatura tanto do Senado quanto da Câmara.

A chamada PEC da Transição foi proposta pelo governo de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para permitir aumento de gastos em 2023 e cumprir as promessas de campanha. No Congresso, porém, o tamanho da "licença" de gastos chegou a R\$ 175 bilhões, com despesas que passam a ser permanentes não só em 2023, mas nos próximos anos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alckmin, Tebet e Edinho Silva tentam acalmar investidor

MANOEL VENTURA E GERALDA DOCA
***economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil é de novo protagonista no Multilateralismo Ambiental do clima

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação volta em outubro e deve seguir nos próximos meses

Marsílea Gombata e Lucianne Carneiro De São Paulo e do Rio

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187379?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187379?page=1§ion=1>